

REVISTA

DIALÓGO E INTERAÇÃO

ISSN 1275-3687

19

NÚMERO 1



FACCREI

**GÊNEROS TEXTUAIS E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FINALIDADE DE CARTAS DE LEITOR**

**TEXT GENRES AND TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE:
THE HISTORY OF THE COMMUNICATIVE PURPOSE OF READER'S LETTERS**

366

Alessandra Regina Guerra*

RESUMO: Diferentes diretrizes educacionais no Brasil recomendam que o ensino de língua portuguesa seja conduzido com base nos gêneros textuais. A partir dessa orientação, o presente artigo procura contribuir para o ensino de português analisando o funcionamento de um gênero em particular, a carta de leitor, amplamente reconhecida como um dos gêneros apropriados para trabalho em sala de aula. Nesse sentido, o objetivo do artigo é descrever o percurso histórico da finalidade comunicativa do gênero em questão. Examinam-se cartas publicadas nos principais jornais paulistas, pelo método da análise tópica de textos, tomado aqui como ferramenta para se detectar, em última instância, a finalidade dos textos analisados. Os resultados revelam que a finalidade da carta de leitor sempre foi marcada pelo propósito de argumentar, porém, essa finalidade passa por alterações, manifestando-se principalmente de duas formas: num primeiro momento, o gênero tem a finalidade de argumentar sobre um assunto como forma de sustentar uma solicitação a respeito; com o tempo, o gênero prioriza a finalidade de argumentar como forma de expressão pública de opinião. O artigo sugere que resultados como esses representam contribuição significativa para o conhecimento dos gêneros e, assim, para o ensino de língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros textuais. Ensino. Carta de Leitor.

ABSTRACT: Several educational guidelines in Brazil recommend that the teaching of Portuguese language should be conducted based on the exploration of textual genres. This paper assumes such orientation and it seeks to contribute to the teaching of Portuguese by analyzing a particular genre, reader's letters, a genre that is largely recognized as appropriate to be used in teaching activities. In this way, the objective of the paper is to describe the history of the communicative purpose of reader's letters. The paper addresses letters of the main newspapers of São Paulo state, by using the method of the topic analysis of texts, which is used as a tool in order to identify the purpose of the texts under consideration. The results show that the purpose of reader's letters has always been to argue. However, this purpose faces changes: at first, the

* Doutora em Estudos Linguísticos pela UNESP, *campus* de São José do Rio Preto. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Sociolinguística de Araraquara, UNESP, *campus* de Araraquara. E-mail: alessandrareginaguerra@gmail.com.

genre is used to argue about a subject, in order to support a request on the matter; over time, the genre focuses on the purpose of arguing as a form of public expression of opinion. The paper suggests that this type of result represents a significant contribution to the knowledge of genres and, therefore, to the teaching of Portuguese language.

KEYWORDS: Text genres. Teaching. Reader's letters.

1 Considerações iniciais

Diferentes documentos norteadores do ensino no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), orientam que o ensino de língua portuguesa, nos níveis fundamental e médio, seja desenvolvido com base nos gêneros textuais-discursivos. De fato, a pertinência dessa orientação justifica-se por diversas razões, especialmente pela relevância dos gêneros no funcionamento da linguagem humana. De acordo com Bakhtin (2003), a linguagem é um fenômeno dialógico, é sempre usada no contexto de uma relação social entre dois ou mais sujeitos e em função dessa relação. Para o autor, em cada esfera social de comunicação, os sujeitos constroem e interpretam textos conforme um dado padrão, atrelado justamente às necessidades próprias de cada esfera, constituindo esses padrões os diferentes gêneros textuais-discursivos praticados em uma sociedade.

Este trabalho alinha-se com a visão de que os gêneros têm relevância central no funcionamento da linguagem e no ensino de língua portuguesa. Mais especificamente, o trabalho assenta-se no reconhecimento de um aspecto fundamental dos gêneros, que é sua constituição histórica. Conforme ressalta Marcuschi (2008), os gêneros são práticas sociais, diretamente vinculadas a necessidades sociais dos falantes, estando, pois, sujeitos a mudanças históricas, em razão de transformações que ocorrem na sociedade ao longo do tempo. Diante desse traço fundamental de um gênero que é a sua constituição histórica, é evidente como a compreensão e o ensino de um gênero, por parte do docente de língua portuguesa, podem ser enriquecidos pelo conhecimento da história desse gênero.

Sob esse prisma, abordamos aqui a constituição histórica de um gênero em particular, a carta de leitor, um dos gêneros apropriados para tratamento em sala de aula, segundo Köche, Boff e Marinello (2010). Para essas autoras, a carta de leitor tem a finalidade principal de convencer o interlocutor, vinculando-se à ordem do argumentar. Na mesma direção, Costa (2012, p. 65) caracteriza a carta de leitor como uma produção com finalidade “geralmente de opinião (argumentativa)”, uma produção pela qual o escrevente procura “manifestar seu ponto de vista sobre alguma matéria que tenha lido, principalmente matéria polêmica”.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é mostrar o percurso histórico da finalidade da carta de leitor. Especificamente, o objetivo é mostrar que, no decorrer do tempo, a finalidade da carta de leitor sempre foi marcada pelo propósito de argumentar, de defender (convencer o interlocutor sobre) a opinião do escrevente acerca de um dado assunto, porém, ao longo do tempo, essa finalidade passa por alterações, manifestando-se principalmente de duas formas diferentes: num primeiro momento, a carta de leitor caracteriza-se pela predominância da finalidade de argumentar sobre um dado assunto como forma de sustentar uma solicitação específica a esse respeito, dirigida a um destinatário particular; com o passar do tempo, a carta de leitor move-se para a prevalência da finalidade de argumentar sobre um assunto, como forma, em si, de expressar (de tornar pública) a opinião do escrevente sobre esse assunto e lhe propiciar a participação nos debates em pauta na sociedade.

Para mostrar esse percurso, analisamos um conjunto de cartas de leitor de jornais paulistas, publicadas do século XIX ao século XXI. Focalizamos, especificamente, como as cartas estruturam-se textualmente em partes (aspecto aqui tratado como *organização tópica*) e quais as funções dessas partes na construção da carta como um todo. Por meio da análise dessas partes e de suas funções, procuramos, então, mostrar como a finalidade das missivas altera-se no decorrer do tempo.

Em trabalhos realizados nos últimos anos (Guerra, 2019, 2022), temos nos dedicado a uma descrição detalhada da organização tópica de cartas de leitor, com foco no campo da teoria e análise linguística. No presente artigo, analisamos a

topicalidade de cartas de leitor com a expectativa de proporcionar uma contribuição mais voltada ao ensino de língua portuguesa. Trata-se, assim, de uma motivação vinculada a uma prática cada vez mais comum no meio acadêmico, que é a de cooperar para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, em particular para seu o objetivo 4, que se refere à Educação de Qualidade.

Na seção seguinte, sintetizamos os pressupostos teórico-metodológicos do artigo. Em seguida, procedemos à análise das cartas de leitor. Ao final, seguem as considerações finais.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

Para analisar a organização tópica (a estruturação textual) de cartas de leitor – e, com base nisso, identificar a trajetória histórica da finalidade do gênero –, o presente trabalho apoia-se em princípios da chamada Abordagem Diacrônica do Texto (ADT) (Jubran, 2010; Penhavel; Cintra, 2022). A ADT insere-se na área da Linguística, em particular no campo da Linguística de Texto e, mais especificamente, na sua vertente conhecida como Gramática Textual-Interativa (GTI) (Jubran; Koch, 2006; Jubran, 2006a, 2006b, 2007).

A GTI é um quadro teórico-metodológico que assume o texto como objeto de estudo. Caracteriza-se pela investigação sincrônica do fenômeno da construção de textos, focalizando a estruturação do texto (formulação e organização globais de conteúdo informacional) e seu processamento interacional. Especificamente, a GTI analisa os chamados *processos constitutivos do texto*, ou *processos de construção textual*, tratando de processos como organização tópica, referenciação, repetição, parafraseamento, tematização-rematização, correção, parentetização, uso de articuladores textuais, entre outros.

Conforme postula Jubran (2006a), a GTI firma-se na concepção de que as línguas e, particularmente, os textos constituem uma forma de interação social. Partindo dessa visão, a GTI estabelece um conjunto de pressupostos que, como explicam Penhavel et al (2024), podem ser sintetizados nos seguintes pontos: (i) o

funcionamento dos processos textuais é determinado, por completo, no uso, nas situações específicas de interação verbal, de modo que sua análise implica considerar o contexto particular em que ocorrem; (ii) os fatores interacionais são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística, visão que leva a GTI a conceber, de forma integrativa, as dimensões da estruturação do texto e do seu processamento interacional, compreendendo que todo processo opera, simultaneamente, em ambas as dimensões; (iii) os processos textuais atuam com base em regras não de caráter determinístico (restrições), mas de caráter probabilístico (tendências de uso).

A ADT incorpora os pressupostos da GTI, ampliando-o com princípios elaborados para a investigação *diacrônica* dos processos textuais.¹ Como definem Penhavel e Cintra (2022), essa ampliação sustenta-se principalmente em duas premissas. A primeira é a visão de que cada processo textual define-se por propriedades abstratas, gerais, válidas para qualquer texto e historicamente invariáveis, as quais são implementadas (usadas, concretizadas) de modo sempre particular a cada emprego do processo em um texto empírico. Assim, a ADT, segundo os autores, assume que, quanto ao funcionamento dos processos textuais, o que está sujeito a variação diacrônica não são suas propriedades definidoras (que são fixas, atemporais), mas seus usos.

A segunda premissa, de acordo com Penhavel e Cintra (2022), refere-se à relação que o uso dos processos guarda com os *gêneros textuais-discursivos*. É a concepção de que, a cada texto empírico, os processos são implementados em consonância com a finalidade sociocomunicativa do gênero. A abordagem concebe que cada gênero define, para cada processo, um padrão de uso, vinculado à finalidade do gênero. É nesse sentido que a ADT considera que o uso dos processos está associado aos gêneros, de tal modo que esse uso, ao longo do tempo, fica sujeito a variações, em função de alterações que os gêneros experienciem.

Com base principalmente nessas duas premissas, a ADT estabelece seu princípio teórico-metodológico central: o percurso diacrônico dos usos dos processos

¹ Além de firmar-se na GTI, a ADT apoia-se, de modo complementar, em conceitos do modelo de Tradições Discursivas (Kabatek, 2006); a esse respeito, ver Penhavel e Cintra (2022).

de construção de textos é parte da história dos gêneros, e, assim, a análise diacrônica de determinado processo deve ser conduzida em relação à história de um dado gênero, especialmente em relação à história da finalidade desse gênero (Penhavel; Cintra, 2022). O conceito de gênero adotado na ADT é aquele sintetizado em Koch (2002) e Marcuschi (2008), o qual é essencialmente baseado em Bakhtin (2003). É o conceito segundo o qual os gêneros são espécies de texto relativamente estáveis, definidas em termos de conteúdo temático, estilo, estrutura composicional e finalidade sociocomunicativa.

O vínculo entre o funcionamento dos processos textuais e a finalidade dos gêneros é, de fato, fundamental no presente artigo. Ele contribui para sustentar que o estudo de processos textuais concretos, inscritos na materialidade de textos empíricos, pode indicar pistas sobre a finalidade dos gêneros desses textos. No caso aqui em questão, a partir do estudo diacrônico do processo concreto de organização tópica, pretende-se identificar como pode ter se comportado, historicamente, a finalidade das cartas e, em particular, o traço argumentativo/opinativo desses textos.

De acordo com Jubran et al. (2002), Jubran (2006c) e Pinheiro (2005), a organização tópica pode ser entendida como o processo nuclear de construção de textos. É a estruturação de um texto em partes, no que tange aos tópicos (temas, assuntos) desenvolvidos no texto. Cada fragmento (conjunto de enunciados) que desenvolve um tópico de um texto é chamado de *segmento tópico* (SegT). Assim, são distinguidos dois níveis de organização tópica: a organização intertópica, que é o relacionamento entre os diferentes SegTs de um texto; a organização intratópica, que é a combinação de enunciados dentro de cada SegT do texto.

Em determinados gêneros textuais, é comum que cada texto aborde mais de um tópico (contendo, portanto, mais de um SegT – um para cada tópico). Nesse caso, o texto implementa tanto o nível da organização intertópica, quanto o nível da organização intratópica. Em outros gêneros, normalmente cada texto centra-se em um único tópico. Nesse caso, não se implementa a organização intertópica, instaurando-se, no texto, apenas a organização intratópica, que, no caso, corresponde à própria organização do texto inteiro. A carta de leitor caracteriza-se como um gênero

desse segundo tipo.

Como vem sendo assumido em diversos trabalhos (por exemplo, Garcia (2018), Hanisch (2019)), a análise intratópica envolve identificar como o SegT (que, em nosso caso, equivale à própria carta inteira) divide-se em grupos de enunciados e detectar a função de cada grupo no desenvolvimento sequencial do tópico (como exemplo simplificado, pode-se imaginar um SegT em que um primeiro grupo de enunciados pode introduzir o tópico, um segundo grupo desenvolve a temática, e um grupo final de enunciados apresenta uma conclusão). Trabalhos como os citados vêm mostrando que cada gênero textual se caracteriza por seguir uma dada regra geral de organização intratópica, ou seja, em cada gênero, a maioria dos SegTs segue um mesmo padrão em relação à divisão dos enunciados em grupos e à função desses grupos no desenvolvimento do tópico do SegT.

Na seção seguinte, iremos mostrar que, do século XIX ao XXI, cartas de leitor paulistas seguem, de fato, uma mesma regra geral de organização intratópica, a qual, porém, vai sofrendo certas alterações associadas, então, à finalidade que vai se estabelecendo no gênero.²

3 A organização tópica de cartas de leitor e a constituição da finalidade do gênero

Neste artigo, discutimos resultados provenientes de pesquisa realizada com base em *corpus* diacrônico de cartas de leitor publicadas, como mencionado, do século XIX ao XXI, em jornais paulistas.³ O *corpus* é constituído pelo seguinte

² Como mencionado, a carta de leitor é um gênero em que, normalmente, cada texto aborda um único tópico. Assim, cada carta contém um único SegT, que equivale à própria carta inteira. Desse modo, na próxima seção, a título de simplificação redacional (e tendo em vista o caráter mais amplo dos objetivos do artigo), não iremos nos reportar à categoria específica do SegT, optando por falar em termos da própria estrutura das cartas inteiras. No mesmo sentido, como as cartas normalmente não exibem distinção entre organização inter e intratópica (contendo apenas este segundo tipo de topicalidade), seguiremos o trabalho falando em termos da organização *tópica* das cartas, sem a especificação de que se trata, na verdade, do nível *intratópico* (o que fica pressuposto, pelas explicações dadas acima).

³ Como o artigo é baseado em cartas de leitor paulistas, é preciso destacar a ressalva de que os resultados aqui apresentados dizem respeito, mais precisamente, ao funcionamento de cartas nessa região do país. Com base em exemplares de trabalhos (como Fortilli, 2022) que estudam a história de cartas de leitor de outras regiões (embora abordando aspectos diferentes do aqui tratado), nossa hipótese é a de que, também em outras regiões do país, os resultados devam ser, no geral, similares

material: quanto ao século XIX, 72 cartas publicadas entre 1828 e 1900 nos principais jornais paulistas da época, como *Correio Paulistano* e *O Estado de S.Paulo*; quanto ao século XX, 48 exemplares publicados entre 1925 e 1977, no jornal *O Estado de S.Paulo*; acerca do século XXI, recorreremos ao *corpus* e também a resultados disponibilizados em Oliveira (2016), que procede à análise tópica (segundo o mesmo modelo aqui empregado) de 250 cartas de leitor publicadas no ano de 2015, nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.⁴

A partir do exame desse material, é possível apurar que as cartas do século XIX seguem uma regra geral de organização tópica, segundo a qual cada carta pode conter até quatro unidades, nessa ordem sequencial: abertura, explicação, avaliação e interpelação. A missiva em (1) ilustra essa regra:

- (1) [ABERTURA] Senhor redactor. Sou uma assignante das suas folhas por minha conveniencia e das meninas, que gostão de ler os romances [...]. O seu jornal é muito boa cousa, benza-o Deus. Mas para o negocio é que elle não anda cá a minha satisfação.

[EXPLICAÇÃO] Eu e as meninas vivemos das obras que fazemos e dos ovos da nossa criação. O senhor bota sempre nos jornaes os preços dos comestiveis e etc; mas não falla do preço das costuras, nem do valor dos ovos.

[AVALIAÇÃO] Isso é uma falta, perdoe-me. Olhe, se não se costurasse, nós andavamos nus. Credo, que vergonha! Não acha? E os ovos são muito peitoraes. Se em vez do expediente do thesouro vossa mercê pozesse o custo destas cousas, olhe que havia de ter mais assignantes. A tia Escolastica prometeu-me que assignava se no Correio fallasse dos preços da quitanda. A pobre tem dias que não sabe quanto hade pedir por uma couve!

[INTERPELAÇÃO] Vossa mercê veja se introduz este melhoramento. [...] (*Correio Paulistano*, 25 de agosto de 1865).

A unidade de abertura das cartas de leitor é uma parte inicial, com a função de introduzir o tópico da carta, sintetizando uma situação que será abordada no restante do texto e tomada como sendo um problema. É o que pode ser exemplificado pela abertura em (1), onde a escrevente, após ressaltar certas qualidades do jornal, introduz o problema da sua insatisfação com o periódico no campo dos negócios,

aos aqui expostos. De todo modo, uma possível continuação do estudo aqui fornecido é justamente expandir a análise para cartas de outras regiões.

⁴ Para informações mais detalhadas acerca desses *corpora* de cartas de leitor, ver Guerra (2022).

situação tratada em todo o restante do texto.

A explicação é uma unidade que relata a própria situação que é tratada como tópico da carta (a situação-tópico), o que pode ser visto na explicação em (1), em que a escrevente relata, de forma mais específica, sua insatisfação com o jornal, no caso com o fato de o jornal não publicar o preço de produtos importantes para ela (o preço das costuras e dos ovos).

A avaliação é a unidade com a função primordial de expressar a opinião do escrevente sobre a situação-tópico. A unidade pode ser ilustrada também pela missiva em (1), onde o trecho marcado como avaliação concentra-se, justamente, em expressar a opinião de reprovação da escrevente quanto aos procedimentos relatados.

Finalmente, a interpelação é uma unidade em que o escrevente está mais diretamente focado em tentar levar algum destinatário a realizar uma ação que ajude a resolver a situação-tópico, o que pode ser notado, mais uma vez, em (1). Na interpelação dessa carta, a escrevente dirige solicitação ao redator do jornal, tentando levá-lo a realizar a ação de passar a publicar as informações em pauta, solicitação feita de forma explícita, no caso mediante enunciado com força ilocucionária diretiva (Searle, 2002): “Vossa mercê veja se introduz este melhoramento”.

Como se pode notar, a missiva em análise, datada de 1865, já exhibe finalidade (fortemente) argumentativa, defendendo a opinião da escrevente sobre dado assunto. Pode-se dizer que a carta inteira, em todas as suas unidades, encontra-se imbuída de teor argumentativo, o que fica especialmente evidente na unidade de avaliação, que, como definida, tem justamente a função primordial de focalizar, de forma mais direta, a defesa da opinião do escrevente.

Na carta em (1), o caráter argumentativo da avaliação fica especialmente explicitado pelo fato de a unidade encontrar-se toda organizada com base na estrutura argumentativa de *posição-suporte* (Schiffrin, 1987). A oração inicial “isso é uma falta” (ou seja, é uma falha não publicar o preço das costuras e dos ovos) pode ser interpretada como uma posição, isto é, uma tese, uma afirmação geral com cuja verdade o falante se compromete. Na sequência, a unidade apresenta suportes,

argumentos para sustentar a validade dessa tese. No caso, são apresentados argumentos acerca da importância das costuras (“se não se costurasse, nós andávamos nus”) e dos ovos (“e os ovos são muito peitoraes”), como justificativas da posição (tese) de que seria uma falha não publicar o preço desses produtos.

Em seguida, a avaliação novamente repete a estrutura posição-suporte: a escrevente afirma a posição de que o jornal ganharia mais assinantes caso informasse o preço dos produtos em questão (“se [...] vossa mercê pozesse o custo destas cousas, olhe que havia de ter mais assignantes”) e, na sequência, fornece um suporte, o dado empírico do relato de alguém que teria prometido assinar o periódico caso tais tipos de preço, de fato, fossem informados (“a tia Escolastica prometeu-me que assignava se no Correio fallasse dos preços da quitanda”).

A carta em (2) é novamente um exemplar do século XIX:

- (2) [ABERTURA] *Senhor Redactor*: Vocemecê é homem da imprensa, vive sempre preocupado com as poesias e não ha de saber do que se passa no mundo de chilra prosa em que eu e minhas comadres vivemos. Pois, eu quero sempre dar-lhe uma prosinha do meu mundéo para que vossa mercê faça uma pequena idéa dos transtornos em que vivemos.

[EXPLICAÇÃO] O meu Chico, as pequenas familias e eu, estamos avesados ao feijão e não passamos sem elle [...]. Mas agora [...] estão os *senhores* vendeiros desavergonhados como nunca se viu; pois eu não sei como [...] esses judêos do inferno pedem tanto dinheiro pelo nosso estimadissimo feijão. [...]. Dantes quatro vintens de feijão era quasi um balaio, agora é um fiapinho [...].

[AVALIAÇÃO] Ora isto assim não se póde mesmo aturar. Diz-me um dos meus filhos, o Quincas - que anda na escola e já entende de virgulas, que esta careza é por via desses atravessadores. Não sei que historia é essa lá, mas porém seja como fôr eu não sei com que malevolencia se ha de agora atravessar o feijão. Que vão atravessar paraguayos, raça de judas.

[INTERPELAÇÃO] Em fim de contas eu o que quero é providencias sérias. [...] por isso rogo a vossa mercê que atice a policia nesses miliantes e dê com elles no chelindrô. [...]. (*Correio Paulistano*, 24 de abril de 1865).

O tópico dessa carta é o problema do aumento do preço do feijão. A parte inicial do texto pode ser analisada como abertura, pois sintetiza essa situação (no caso, de uma forma mais genérica), como se nota principalmente ao final do trecho, quando a escrevente menciona “os transtornos em que vivemos”, o que seria um anúncio do problema do preço do feijão, focado em todo o restante da carta. A parte seguinte constitui uma explicação, ao relatar a situação-tópico, especificando o transtorno do

alto preço do feijão. O bloco seguinte figura como avaliação, uma vez que se concentra em qualificar (negativamente) a situação em foco, como se vê principalmente na passagem que inicia a unidade: “ora isto assim não se póde mesmo aturar”. Finalmente, após argumentar defendendo a gravidade do problema do preço do feijão, a escrevente formula a unidade de interpelação. Nessa parte final, ela tenta levar o redator a realizar uma ação sobre a situação-tópico, por meio de enunciados que giram em torno de um pedido (ou rogo, súplica), o de que o redator acione a polícia para resolução do problema do preço em questão.

Dessa forma, a missiva em (2), assim como a anterior, ilustra as unidades de abertura, explicação, avaliação e interpelação como unidades típicas das cartas oitocentistas e também evidencia a finalidade argumentativa desses textos.

No decorrer do século XX, as cartas continuam estruturando-se com base nessas mesmas unidades, novamente exibindo finalidade argumentativa, como ilustram as missivas em (3) e (4):

- (3) [ABERTURA] Sr. Redator: Em vista das recentes declarações do Governador do Estado e do Secretário da Segurança Pública a respeito do movimento estudantil, sinto-me na obrigação como membro da Juventude da ARENA e estudante de Direito de prestar alguns esclarecimentos e avivar certas lembranças.

[EXPLICAÇÃO] Com a indicação do General Geisel para a Presidência da República, a juventude foi incentivada a participar da política. [...]. Em janeiro de 1975 começa a cair a censura aos principais órgãos de imprensa. [...]. Chegamos então, arenistas e emedebistas, já meio sem fôlego às vésperas das eleições municipais de 1976. [...]. Mas eis que em abril veio a tromba d'água sobre todos e, principalmente, sobre os jovens. Foi quando o governo fechou o Congresso [...]. Foi a partir daí que ganharam evidência os movimentos estudantis. [...].

[AVALIAÇÃO] Agora o que vejo, são milhares de jovens como eu, reivindicando e gritando slogans que sinceramente não posso tachar de comunistas. Mas por que gritam e saem às ruas? Por não terem onde atuar, por onde reivindicar. Por se sentirem sufocados. A solução a meu ver simplista, de se adotar a repressão contra o movimento estudantil, é errada. [...] (*O Estado de S.Paulo*, 15 de outubro de 1977).

- (4) [EXPLICAÇÃO] Sr. Redator: De uns tempos para cá, um trecho da R. Silvia (Bela Vista) a partir da R. Dr. Seng, ficou mão de direção no sentido cidade-bairro. Acontece que nessa esquina, a Dr. Seng é curva e rampa e lá existe um hospital (obviamente zona de silêncio), e todos os carros, caminhões, motos, geralmente com o escapamento aberto produzem a famosa “poluição sonora”.

[INTERPELAÇÃO] Venho pedir ao Diretor de Trânsito, Dr. Scaringela, que faça com que toda a R. Silvia volte a ter a mão de direção como sempre teve, no sentido bairro-cidade [...] (*O Estado de S.Paulo*, 11 de outubro de 1977).

Ambas as missivas, como assinalado em suas transcrições, estruturam-se mediante as mesmas unidades tópicas já usadas no século anterior, a carta em (3) contendo abertura, explicação e avaliação, e a carta em (4) apresentando explicação e interpelação.

As duas cartas também exibem, novamente, finalidade argumentativa. A primeira delas argumenta em defesa da legitimidade do movimento estudantil de então, como se nota principalmente na unidade de avaliação, quando o escrevente justifica que os movimentos não seriam comunistas (“slogans que sinceramente não posso tachar de comunistas”), que decorreriam de falta de espaço político para os jovens (“por que gritam e saem às ruas? Por não terem onde atuar, por onde reivindicar”) e que dada solução adotada seria simplista e errada (“A solução a meu ver simplista, de se adotar a repressão contra o movimento estudantil, é errada”).

A segunda missiva não chega a ter um fragmento primordialmente dedicado à argumentação que configure uma avaliação (unidade mais comumente argumentativa das cartas). Mas é possível notar que, no decorrer da unidade de explicação, são incluídos comentários (“obviamente zona de silêncio”, “produzem a famosa ‘poluição sonora’”), que vão contribuindo para conferir a orientação argumentativa da carta, de modo a conduzir à solicitação final feita na interpelação (a mudança na mão de direção da rua em questão).

Embora as missivas do século XX mantenham a mesma regra de estruturação textual empregada no século anterior (baseada nas unidades de abertura, explicação, avaliação e interpelação), nota-se, entre esses dois grupos de textos, uma diferença significativa no que diz respeito à frequência de uso dessas unidades, e algumas dessas diferenças serão, então, cruciais para observar a trajetória da finalidade desses textos.

As unidades de explicação e avaliação conservam percentuais altos de uso: no material do século XIX, a frequência da unidade de explicação é de 80,5% (isto é, 80,5% das missivas oitocentistas analisadas empregam a unidade de explicação) e, na amostra novecentista, essa frequência é de 91,5%; a avaliação, nas amostras dos séculos XIX e XX, é usada nas frequências de 75% e 81,5% respectivamente. Por

outro lado, o percentual de uso da abertura diminui de 40,5% para 25%, e a frequência da interpelação cai de 65,5% para 33,5%.

Quando acrescentamos a essa comparação diacrônica dados do século XXI, essas tendências se confirmam e se intensificam. Pode-se dizer que, nesse período, as cartas seguem empregando, no essencial, a mesma regra geral dos séculos anteriores, novamente com finalidade argumentativa. As cartas mantêm o uso das unidades de explicação e avaliação, inclusive com percentuais altos, respectivamente 82% e 93%. Já a abertura, confirmando a tendência do século anterior, chega a ter seu uso eliminado, ou seja, nenhuma carta da amostra do século XXI exhibe essa unidade. A interpelação ainda persiste, mas se torna rara, sendo usada em frequência muito baixa, confirmando tendência anterior e ocorrendo em apenas 7% das cartas.

Ademais, no século XXI, surge uma nova unidade, o desfecho, empregado em 46,5% dos exemplares desse período. O desfecho constitui uma unidade fortemente argumentativa. Aparece na parte final das cartas e compreende um comentário normalmente crítico ou provocativo, com a função de veicular o que seria uma “lição de moral”. Caracteriza-se pelo uso de trocadilhos, provérbios populares, frases feitas, expressões ou construções cristalizadas, de modo a conferir à carta um tom ironicamente crítico; é marcado ainda por formular um questionamento, deixando-o “em aberto”, como forma de gerar reflexão.

Os exemplares em (5) e (6) ilustram cartas do século XXI:

- (5) [EXPLICAÇÃO] O leitor Fulano (Painel do Leitor, 2/6) reclama de a presidente ter aparecido andando de bicicleta, pois a segurança no Rio está “ridícula”.
- [AVALIAÇÃO] Fulano, ela estava em Brasília, tem o direito de andar de bicicleta ou a pé como qualquer um de nós. Ela não é a responsável direta pela segurança no Rio.
- [INTERPELAÇÃO] Critique o que deve ser criticado, o cardápio está cheio de possibilidades, mas deixe a mulher andar de bicicleta em paz (*Folha de S.Paulo*, 3 de junho de 2015).

- (6) [EXPLICAÇÃO] A Chácara Santa Luzia é retratada como sendo um quintal – miserável – do Planalto, a área mais rica do país (“Favela cresce a 17 Km do Palácio do Planalto”, “Cotidiano”, 1º/6).

[AVALIAÇÃO] Na realidade, todas as cidades-satélites, que circundam a Ilha da Fantasia, são também quintais do Planalto, pois abrigam os empregados que servem às elites, os moradores de Brasília.

[DESFECHO] Se os quintais próximos estão assim, imagine os mais distantes. (*Folha de S.Paulo*, 2 de junho de 2015).

As cartas em (5) e (6) estruturam-se, essencialmente, a partir das mesmas unidades tópicas das missivas anteriores, agora sem o emprego da abertura e com o possível acréscimo do desfecho. No mesmo sentido, ambos os exemplares ilustram a persistência da finalidade argumentativa: o primeiro argumenta em favor do direito de a então presidente da república andar de bicicleta; o segundo argumenta que determinadas áreas do país estariam em situação de miséria.

Comparando os resultados dos séculos XIX a XXI e observando as estabilidades e as alterações nos percentuais de uso de determinadas unidades tópicas, é possível depreender um comportamento das missivas relacionado à finalidade argumentativa do gênero.

Conforme se pode notar por meio dos exemplos, as cartas de leitor, ao longo de todo o período considerado, mantêm a finalidade de *argumentar*, de *defender a opinião do escrevente sobre um dado tópico*. Esse traço é indicado especialmente pelo fato de a unidade de avaliação (como citado, a principal unidade argumentativa das cartas) permanecer ao longo de todo o período, inclusive com percentuais altos de ocorrência. Por outro lado, é possível reconhecer uma alteração diacrônica nessa finalidade. No século XIX, a interpelação, unidade dedicada a expressar uma solicitação, tem frequência alta. Esse fato sugere que, nesse período, a finalidade das missivas incorpora também, como um traço relevante, o objetivo de fazer uma solicitação. Assim, a finalidade dessas cartas parece ser a de *argumentar sobre um dado tópico como forma de sustentar uma solicitação a respeito*.

Em contrapartida, ao longo do tempo, verifica-se uma drástica diminuição no uso da interpelação, culminando com a quase eliminação dessa unidade no século XXI. Esse fato já indica que, com o tempo, o objetivo da elaboração de solicitações

perde significância na finalidade das cartas, a qual passa a focar o objetivo, em si, da argumentação, da expressão da opinião do escrevente. A finalidade passa, então, a ser *argumentar sobre um dado tópico como forma de manifestar opinião*, como forma pela qual o escrevente pode participar publicamente dos debates vigentes na sociedade.

Finalmente, também o surgimento do desfecho é compatível com essa hipótese de mudança de finalidade das cartas. O desfecho parece ser uma unidade que vem a “substituir” a interpelação, tomando seu lugar como unidade típica de fechamento das cartas. Porém, diferentemente da interpelação, o desfecho não é dedicado a fazer uma solicitação específica, mas a transmitir certa “lição de moral” e propor reflexão, sendo, assim, uma unidade mais ligada à expressão de posicionamento do escrevente.

Em síntese, os dados apresentados sugerem que, do século XIX ao XXI, as cartas conservam a finalidade de defender a opinião do escrevente, o que estaria refletido, especialmente, na preservação relevante (em alta frequência) da unidade tópica de avaliação. Porém, essa defesa de posicionamento deixa de ser principalmente a base para uma solicitação e passa a funcionar, prioritariamente, como expressão pública de opinião, desfavorecendo o uso da interpelação e favorecendo o surgimento do desfecho.

4 Considerações finais

O propósito deste artigo foi descrever a trajetória histórica da finalidade comunicativa de cartas de leitor, considerando o contexto de cartas publicadas do século XIX ao XXI, em jornais paulistas. O trabalho procurou mostrar que, no decorrer desse período, a finalidade das cartas sempre caracterizou-se pelo objetivo de defender a opinião do escrevente acerca de um dado assunto, finalidade, porém, que passa por alterações, manifestando-se basicamente de duas formas diferentes: em épocas mais antigas, a carta é marcada pela prevalência da finalidade de argumentar sobre um dado assunto, como forma de sustentar uma solicitação específica a esse

respeito; com o passar do tempo, as cartas passam para o predomínio da finalidade de argumentar sobre um assunto, como forma de expressar a opinião do escrevente sobre esse assunto e lhe propiciar a participação pública nos debates sociais.

Ou seja, em períodos mais antigos, as missivas exibem o predomínio da finalidade de argumentar para resolver um dado problema específico, mais diretamente relevante para o próprio escrevente ou para um grupo particular de indivíduos, como argumentar que o redator do jornal deve incluir, no periódico, informação sobre o preço do produto x, defender que a prefeitura deve mudar a mão de direção de uma dada rua etc. É uma argumentação que visa a uma resolução mais imediata, prática, concreta para um problema. Com o tempo, as cartas vão passando para o predomínio da finalidade de argumentar não acerca de problemas específicos e delimitados como os anteriores, mas acerca de questões mais gerais, de interesse mais amplo da sociedade como um todo, como prestar esclarecimentos acerca da história de um movimento político, abordar o problema da miséria no país etc. Dessa vez, não se trata de reivindicar, diretamente, uma ação prática para um problema, mas de interferir, de forma mais abstrata, no plano das ideias.

Naturalmente, mesmo em uma carta desse último tipo, pode ser possível depreender uma ação concreta que possa ser realizada em relação ao problema discutido no texto. Porém, a distinção focalizada no decorrer do artigo está ligada à observação da materialidade textual, critério que, de fato, justifica distinguir as duas formas básicas de finalidade das cartas, sobretudo tendo em vista a unidade de interpelação, majoritariamente presente em um grupo de textos e rara em outro. Pode-se dizer que os dois tipos de missiva representam duas formas diferentes de o escrevente lidar, mediante a materialidade textual, com a argumentatividade da língua e com a evocação de desdobramentos concretos do uso da linguagem.

Em síntese, entendemos que a observação da história de um gênero textual-discursivo pode propiciar uma compreensão mais completa de seu funcionamento atual. No caso aqui relatado, nossa expectativa é que o histórico descrito possa contribuir para uma compreensão mais ampla da finalidade atual da carta de leitor, sobretudo em termos do entendimento do caráter argumentativo que caracteriza esse

gênero. Esse traço da carta de leitor, inclusive, certamente colabora para torná-lo um gênero apropriado para a sala de aula, como forma de trabalhar com os alunos a produção e interpretação de textos argumentativos. Assim, a descrição aqui fornecida pode cooperar para que diferentes leitores (especialmente professores de língua portuguesa) possam refletir sobre como teria se desenvolvido o estatuto argumentativo da carta de leitor, aspecto tão relevante não só nesse gênero, mas também em diversos outros praticados na sociedade e trabalhados na sala de aula.

Como consideramos no decorrer do artigo, as cartas de leitor, inclusive atuais, caracterizam-se pela *predominância* (não pela exclusividade) de um tipo específico de finalidade. Embora, na atualidade, sejam amplamente prevalecentes cartas com a finalidade de expressão de opinião, pode haver cartas (plenamente legítimas como integrantes do gênero) que solicitam a resolução concreta e imediata de problemas específicos. Nesse sentido, pode ser interessante, por exemplo, apresentar aos alunos (tendo em vista, obviamente, as condições e necessidades de cada contexto escolar e de cada turma) cartas de diferentes tipos, para que eles possam identificar e explicar as similaridades e as diferenças, alterar uma carta de um tipo para outro tipo, produzir, na sequência, cartas de diferentes tipos, entre outras atividades.

Brandão (2005), discorrendo sobre como abordar o estilo dos gêneros no ensino, defende que uma das tarefas da escola é contribuir para que o aluno possa compreender e dominar o estilo padrão que caracteriza um gênero e para que ele possa desenvolver a capacidade de transitar, inclusive, no entorno desse estilo padrão, produzindo e interpretando instâncias daquele gênero que sejam variantes em relação ao estilo padrão, uma forma, enfim, de contribuir para que o aluno desenvolva seu estilo individual. O mesmo tipo de prática pode ser pensado para o trabalho com as finalidades específicas de um gênero como a carta de leitor. Uma vez que o aluno seja familiarizado com cartas atuais representativas da finalidade padrão (cartas de expressão de opinião) e com cartas atuais de finalidade menos comum (as cartas de solicitação) – e até mesmo com cartas de outras épocas (como cartas oitocentistas) –, ele terá à sua disposição um material que pode colaborar não só para

o domínio da finalidade padrão do gênero na atualidade, mas também para o desenvolvimento de sua habilidade de variar, e inovar, relativamente a esse padrão.

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRANDÃO, H. H. N. *Estilo, Gêneros do discurso e implicações didáticas*. Texto apresentado no III Seminário da Análise do Discurso, Universidade Católica de Salvador. Salvador, 2005. Disponível em:
<<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/brand003.pdf>>.

COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FORTILLI, S. C. A repetição em cartas de leitor catarinenses. In: PENHAVAL, E.; CINTRA, M. R. (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 194-217.

GARCIA, A. G. *Estudo do processo de organização tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI*. 2018. 278 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2018.

GUERRA, A. R. Unidades linguístico-textuais e finalidades sociocomunicativas em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. *Revista Veredas*, v. 2, n. 23, p. 106-125, 2019.

GUERRA, A. R. A organização tópica em cartas de leitor paulistas. In: CASTILHO, A. T.; PENHAVAL, E.; CINTRA, M. R. (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 38-67.

HANISCH, C. V. *O processo de organização tópica em artigos de opinião de alunos da Universidade Federal do Acre*. 2019. 467 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2019.

JUBRAN, C. C. A. S. A Perspectiva Textual-Interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006a, p. 27-36.

JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006b.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V.

(org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006c, p. 89-132.

JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 313-327.

JUBRAN, C. C. A. S. Diacronia dos processos constitutivos do texto. In: HORA, D. SILVA, C. R. (Org.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010, p. 204-239.

JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 341-420.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO Z.; ALMEIDA, N. (org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Editora da UFBA, 2006, p. 505-527.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, G. A. *Estudo do processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XXI*. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, S. J. Rio Preto, 2016.

PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. Abordagem diacrônica de processos de construção de textos. In: PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 17-37.

PENHAVEL, E.; GUERRA, A. R.; STASSI-SÉ, J.; FONTES, M. G.; FORTILLI, S. Diacronia de processos de construção de textos em cartas de leitor paulistas. *Linguística*, v. 20, p. 288-312, 2024.

PINHEIRO, C. L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.



<https://www.faccrei.edu.br/revista>

SEARLE, J. *Expressão e Significado: estudo da teoria dos atos de fala*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

385

Recebido em: 30/06/2025.

Aprovado em: 20/07/2025.